

Deflagração de Ações voltadas à Formação Docente



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)


Ano 2020

Deflagração de Ações voltadas à Formação Docente



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Deflagração de ações voltadas à formação docente

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Solange Aparecida de Souza Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D313 Deflagração de ações voltadas à formação docente [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-381-1

DOI 10.22533/at.ed.811200909

1. Educação. 2. Prática de ensino. 3. Professores –
Formação. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em um futuro bem próximo, a sociedade terá, no tocante à criatividade, a mesma consciência que tem hoje em dia sobre a universalidade da educação. Dito com os termos do enunciado: a educação da criatividade será uma exigência social.

Saturnino de la Torre (2008, p. 22)

O livro *Deflagração de Ações voltadas à Formação Docente* que ora apresentamos para mais um esforço da expansão de conhecimentos e saberes em torno de temas que nos são tão caros sobre a formação e o desenvolvimento profissional de docentes; numa só obra, os autores reúnem estudos e pesquisas sobre História da Educação, Política Educacional, Didática e Práticas Pedagógicas, ação docente crítica e reflexiva, com vistas a aprendizagens significativas, profissionalização docente, também considerando a práxis como um dos elementos fundantes de constituição da docência. Em termos históricos, no cenário mundial, a docência como prática profissional ligada ao campo da educação tem uma existência multiplamente secular.

A formação de professores é considerada um pilar fundamental do processo educativo, por isso há necessidade de se rever o papel dos educadores e de sua formação, tanto inicial quanto continuada. O processo de reflexão-ação-reflexão deve permear todas as ações do percurso formativo do professor, sejam em cursos, momentos programados na escola ou mesmo na construção da experiência docente, a partir do seu fazer pedagógico cotidiano.

No Brasil, a discussão sobre formação de professores se inicia, efetivamente, após a Independência, com a necessidade de uma educação também voltada para as classes menos favorecidas; no entanto, até os dias atuais, ainda busca a consolidação de sua identidade e de sua profissionalização (com profissionalidade). Mais recentemente, com o advento da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e de regulamentação posterior, associada aos contextos sociais e econômicos mundiais e ao avanço das ciências, houve um incremento significativo de exigências em relação aos docentes, necessidades constantes de reformulações curriculares, provocando também mudanças nas relações entre docentes e discentes. Por outro lado, convivemos num ambiente educacional com escassez de recursos materiais e deficientes condições de trabalho. Dessa forma, a docência (o ser docente) oscila entre a proletarização e a profissionalização (PERRENOUD, 2001) ou uma profissionalização proletarizada. Necessita-se de uma formação docente de qualidade na contemporaneidade, que não pode ser pensada fora de um contexto histórico e de políticas educacionais consistentes, que envolvam também valorização docente.

Boa Leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

TRILHAS FORMATIVAS: UMA PROPOSTA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA EAD

Eliziane Rodrigues de Queiroz Costa

Simone Braz Ferreira Gontijo

DOI 10.22533/at.ed.8112009091

CAPÍTULO 2..... 13

CONFESSIONALIDADE PROTESTANTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Humberto de Sousa Fontoura

João Baptista Carrijo

Priscila Maria Alvares Usevicius

DOI 10.22533/at.ed.8112009092

CAPÍTULO 3..... 20

PNAIC E AS CONTRIBUIÇÕES PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Mirian Saraiva Pureza

DOI 10.22533/at.ed.8112009093

CAPÍTULO 4..... 28

O DESAFIO DOS “ENSINOS” NO CURSO DE PEDAGOGIA

Keila Andrade Haiashida

DOI 10.22533/at.ed.8112009094

CAPÍTULO 5..... 37

A FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA E O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Raquel Maria da Silva Costa Furtado

Benedita Maria do Socorro Campos Sousa

José Orlando Ferreira de Miranda Júnior

DOI 10.22533/at.ed.8112009095

CAPÍTULO 6..... 47

UM NOVO MODELO DE AULA INVERTIDA: DESAFIADORA E PARTICIPATIVA

Lara Gurgel Fernandes Távora

Silvia Fernandes Ribeiro da Silva

Sônia Leite da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8112009096

CAPÍTULO 7..... 57

CONCEPÇÕES DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Cassia Cristina Bordini Pirolo

Celia Regina Vitaliano

Nilton Munhoz Gomes

DOI 10.22533/at.ed.8112009097

CAPÍTULO 8..... 66

O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE PROFESSORES POLIVALENTES SOBRE QUESTÕES LIGADAS ÀS GEOCIÊNCIAS

Alessandra Rodrigues

Fabiana Curtopassi Piocker-Hara

DOI 10.22533/at.ed.8112009098

CAPÍTULO 9..... 83

EXPERIÊNCIAS DA DOCÊNCIA NO ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.8112009099

CAPÍTULO 10..... 97

RASGOS DE LA VIDA ACADÉMICA. TRES CASOS DE PROFESORAS DE PEDAGOGÍA EN LA FACULTAD DE FILOSOFÍA Y LETRAS DE LA UNAM

Jesús Carlos González Melchor

DOI 10.22533/at.ed.81120090910

CAPÍTULO 11..... 107

A UTILIZAÇÃO DE ESTRUTURAS NARRATIVAS OC2-RD2 NO ENSINO DE COMPUTAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Wilson Vendramel

Henrique Guirelli

Italo Santiago Vega

DOI 10.22533/at.ed.81120090911

CAPÍTULO 12..... 116

O IMAGINÁRIO DO “PROFESSOR-HERÓI” NA ESCOLA: PRODUÇÕES ACADÊMICAS ENTRE 2011 E 2016

Wellington Félix Cornélio

DOI 10.22533/at.ed.81120090912

CAPÍTULO 13..... 124

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO MÉDIO: UMA PERSPECTIVA DE ENSINO DE LÍNGUA A PARTIR DO LIVRO DIDÁTICO *PORTUGUÊS 3 – SER PROTAGONISTA*

Mayara Mayre Silva dos Santos

Carla Regina de Souza Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.81120090913

CAPÍTULO 14..... 135

BRINQUEDO TERAPÊUTICO: PROJETO DESENVOLVIDO POR ALUNOS DA GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM DE UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DE SÃO PAULO

Gabriella Rocha de Moura Vicente

Pamela Bruna Correa
Lorena de Godoi Montes
Aline Grazielle Godoy Duarte
Isabella Victória dos Santos Passarinho
Sthefânia Carla dos Santos Almeida

DOI 10.22533/at.ed.81120090914

CAPÍTULO 15..... 139

CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA VIGOTSKIANA PARA EDUCAÇÃO: A ZONA DE DESENVOLVIMENTO PRÓXIMO

Rosimeire Ferreira Diniz

DOI 10.22533/at.ed.81120090915

CAPÍTULO 16..... 143

DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES: O PAPEL DE UM PROJETO DE EXTENSÃO

Sthefânia Carla dos Santos Almeida

Lorena de Godoi Montes

Patrícia Kelly Silvestre

Isabella Victória dos Santos Passarinho

Gabriella Rocha de Moura Vicente

Pamela Bruna Correa

DOI 10.22533/at.ed.81120090916

CAPÍTULO 17..... 147

GOOGLE SALA DE AULA: UTILIZAÇÃO DA FERRAMENTA EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Isabella Victória dos Santos Passarinho

Lorena de Godoi Montes.

Aline Grazielle Godoy Duarte.

Patricia Kelly Silvestre.

Sthefânia Carla dos Santos Almeida.

Gabriella Rocha de Moura Vicente.

Pamela Bruna Correa.

DOI 10.22533/at.ed.81120090917

CAPÍTULO 18..... 152

O TRABALHO DOCENTE E SEU MOVIMENTO

Renato Gomes Vieira

José Elias Domingos

Rogério dos Santos Bueno Marques

DOI 10.22533/at.ed.81120090918

CAPÍTULO 19..... 165

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DO MODELO NEOLIBERAL DE POLÍTICAS EDUCATIVAS

Jefferson Fellipe Jahnke

DOI 10.22533/at.ed.81120090919

CAPÍTULO 20.....	178
TEMPOS DE PANDEMIA: (RE)INVENTAR A EDUCAÇÃO ESCOLAR A CADA DIA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
Claudionor Renato da Silva	
Melissa Camilo	
Valquiria Nicola Bandeira	
Débora Cristina Machado Cornélio	
Monique Delgado de Faria	
Claudionor Renato da Silva	
Marilurdes Cruz Borges	
DOI 10.22533/at.ed.81120090920	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	188
ÍNDICE REMISSIVO.....	189

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 01/06/2020

Renato Gomes Vieira

Universidade Federal de Goiás - Faculdade de
Educação – Goiânia - GO
<http://lattes.cnpq.br/8864553603140803>

José Elias Domingos

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Goiás- Goiânia-GO
<http://lattes.cnpq.br/8158562235292503>

Rogério dos Santos Bueno Marques

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Goiás- Goiânia-GO
<http://lattes.cnpq.br/5729315653613181>

RESUMO: Neste trabalho procuramos refletir sobre o trabalho dentro da sociedade capitalista segundo os conceitos elaborados pela concepção teórica marxiana. Na sequência utilizamos este arsenal para analisar o processo moderno de aproximação do trabalho docente da educação básica brasileira com outras categorias de trabalhadores, em um processo que denominamos de proletarização, em que o professorado constitui um movimento social próximo ao do conjunto da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho, trabalho docente, movimento social, proletarização.

TEACHING WORK AND ITS MOVEMENT

ABSTRACT: In this work we try to reflect on the work within the capitalist society according to the concepts elaborated by the marxian theoretical conception. Then, we used this arsenal to analyze the modern process of bringing Brazilian basic education teaching work with other categories of workers, in a process we call proletarianization, in which the teachers constitute a social movement close to that of the working class as a whole.

KEYWORDS: work, teaching work, social movement, proletarianization.

1 | O MUNDO DO TRABALHO

O trabalho humano na sociedade contemporânea segue como elemento importante para o entendimento dos processos que reconfiguram o mundo atual. Neste sentido, nosso entendimento do trabalho é de que se trata de uma relação social fundante da existência humana, atividade metabólica imprescindível à formação e desenvolvimento do ser humano, e criador dos modos de produção, em especial o capitalista, objeto de análise principal deste artigo. Portanto, o trabalho neste modo de produção deve ser tomado como relação social precípua, que engloba produção e reprodução na relação da sociedade com a natureza, mas igualmente apanhando para seu entendimento sua característica histórica na ótica capitalista de produção para o mercado e para a extração do mais-valor. (MARX, 1984; 1985).

Podemos considerar, então, que certas características do trabalho apresentam-se presentes em variados períodos da história humana, mas ao mesmo tempo, algumas de suas particularidades são datadas e se referem especificamente a determinados modos de produção. Nas palavras de Marx:

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1985, p. 208).

Num primeiro momento, consideraremos o delineamento da visão sobre o trabalho, como ação voltada para a formação das condições que permitam a existência humana e a construção da sociedade, na medida em que transformando a realidade em que vive o ser humano modifica a si mesmo, sendo, portanto, produtor e produto do seu mundo. Mas no mesmo processo, não podemos desconsiderar a dimensão histórica do trabalho, como produtor de mercadorias e, conseqüentemente de mais-valor e de exploração da força de trabalho na sociedade capitalista, configurando, assim, a sua dupla dimensão: trabalho concreto x trabalho abstrato, valor de uso x valor de troca.

Por este prisma, é de suma importância percebermos o duplo aspecto do trabalho e, em particular, o seu aspecto de produtor de mais-valor a partir da lógica do valor, isto é, da extração do trabalho excedente para produção de valor de troca para um mercado que se internacionaliza e se reconfigura velozmente com o objetivo de expandir a acumulação de capital, especialmente depois da década de 1970, com a reestruturação produtiva. (ANTUNES, 1999; HARVEY, 1992; MARX, 1985). Portanto, o processo de trabalho sob a lógica do funcionamento e comportamento do capitalismo só pode ser interpretado pela seguinte perspectiva:

O processo de produção é a unidade *imediata* do processo de trabalho e do processo de valorização, assim como o seu resultado, o resultado imediato, a mercadoria, é a unidade imediata do valor de uso e do valor de troca. Mas o processo de trabalho não é mais do que um meio de valorização, processo que por sua vez, enquanto tal, é essencialmente *produção de mais-valia*, isto é, *processo de objetivação de trabalho não pago*. Desta maneira se encontra especificamente determinado o caráter global do processo de produção. (MARX, s/d, p. 57)

Desta maneira, só podemos compreender o processo de trabalho dentro da lógica do capitalismo como um processo de valorização, e assim torna-se vital que o trabalhador siga destituído dos meios de produção e também do controle sobre a atividade que realiza no seu trabalho. Em outros termos, o trabalhador deve ser alienado das condições de sua existência e de trabalho. O capital deve assumir o domínio deste processo com a intenção de extrair o máximo do excedente do trabalhador, logo, intensificar cada vez mais

o trabalho. E no mesmo procedimento deixar claro a separação entre a concepção e a execução das ações dentro dos processos produtivos, especialmente porque o aspecto importante de toda esta lógica perversa é manter o controle sobre o trabalhador para extrair o mais-valor ou ajudar na sua construção. Deve-se acrescentar que este processo abarca os chamados trabalhadores produtivos que produzem o mais-valor, bem como os trabalhadores improdutivos, que contribuem para sua formação. Nesta última categoria, evidentemente, colocaremos os professores da rede pública.

2 | O MUNDO DO TRABALHO DO PROFESSOR

Pensar as condições em que se encontra o trabalho no mundo contemporâneo, em especial o trabalho docente, é fundamental para quem busca compreender a educação e a escola, que tem sua origem alicerçada no mundo do trabalho. Não é possível buscar o entendimento do mundo da educação e da escola desvinculado da vida social.

O trabalho docente, por conseguinte, não ficara imune a esta gama de características da sociedade capitalista. Basta um olhar sobre as atuais condições de trabalho e o movimento social realizado pelos professores, para vermos uma situação social, econômica e política muito próxima entre esta forma de trabalho e movimento, e aquele realizado por outros trabalhadores do setor industrial e de serviços.

Devemos então traçar os caminhos que levam ao complexo processo de proletarianização do trabalho docente, como a melhor maneira para se compreender a situação do professorado na atualidade e suas condições de trabalho e neste artigo estaremos com o foco no professor da educação básica no Brasil (ensino médio e fundamental).

Na concepção marxiana da realidade social as classes sociais ocupam um lugar de imensa importância. Nesta visão a sociedade capitalista é permeada de contradições e cindida a partir da divisão da riqueza social entre dois grandes grupos: os proprietários e não-proprietários da riqueza, burgueses e trabalhadores. Os primeiros têm a propriedade dos meios de produção e os últimos têm apenas a propriedade de sua força de trabalho. E entre estas classes se estabelece antagonismos e lutas. A luta de classes é o confronto entre classes sociais antagônicas, cada qual defendendo seus interesses e sua visão de mundo. No caso da sociedade capitalista, é a luta entre a burguesia, detentora dos meios de produção, e o proletariado, que vende sua força de trabalho. (MARX, 1985). Nesta linha, é que vamos entender as configurações da organização do trabalho docente na sociedade capitalista.

Hypolito (1997) identificou o surgimento de três vertentes importantes de análise da localização de classe do professorado: aquela que o considera pertencente à classe média, aquela que o considera como trabalhador proletarianizado e finalmente aquela que o considera numa posição contraditória de classe.

Estas posições teóricas surgem detalhadamente com o crescimento da profissão

docente oriunda da expansão das redes públicas de ensino, onde a condição docente adquire contornos variados ao longo do tempo. E em nosso país, segue um padrão bem parecido ao de outros países notadamente os europeus. Por isso, visualizamos as mesmas fases na constituição da profissão: a) na época colonial, o professor padre, distinto do restante da população por sua vocação; b) num segundo momento, o professor leigo, dedicado ao ofício de ensinar, ao lado dos padres e da Igreja; c) no período imperial, o surgimento do professor como um assalariado, ainda muito incipiente, convivendo com as formas anteriores; d) na república, o professor como funcionário do Estado (ainda assalariado); e) nas últimas décadas do século passado, a expansão generalizada das redes de ensino (sua massificação), a perda do prestígio da profissão com rebaixamento salarial e a precarização das condições de trabalho.

É, portanto, neste momento que:

(...) as formas de desenvolvimento da organização escolar assumem cada vez mais um modelo racional de organização, análogo às formas de organização do trabalho em outros setores da produção, particularmente o fabril. Vão absorvendo, assim, com o tempo, a lógica gerencial-capitalista do trabalho, buscando atender ao duplo objetivo de, ao mesmo tempo, controlar o sistema escolar e o trabalho docente e formar trabalhadores dentro de uma lógica de disciplinamento que atendesse às demandas do mundo do trabalho que vinha se desenhando. (HYPOLITO, 1997, p. 34).

Torna-se evidente que, nesta configuração do sistema escolar, o controle sobre o trabalho docente é uma atividade fundamental para garantir a observância dos objetivos do capitalismo. Por isto aproximamos a definição do trabalho docente do restante do conjunto dos trabalhadores indicando sua proletarianização que paulatinamente vai se constituindo.

Modernamente uma série de novos aportes teóricos veio jogar uma nova luz nas considerações sobre o conceito e delimitação das classes, bem como contribuiu com esta discussão, as transformações em curso, notadamente no mundo produtivo, que ampliaram a presença do capital em setores antes quase “imunes” aos seus efeitos, como no de serviços, onde se insere a educação.

Bensaid, referindo-se à categoria classe social, destacou:

Não há, em *O Capital*, definição classificatória e normativa das classes, mas um antagonismo dinâmico que ganha forma, em primeiro lugar, no nível do processo produtivo, em seguida, no do processo de circulação e, finalmente, no da reprodução geral. As classes não são definidas somente pela relação na empresa. Elas são determinadas ao longo de um processo em que se combinam as relações de propriedade, a luta pelo salário, a divisão do trabalho, as relações com os aparelhos de Estado e com o mercado mundial, as representações simbólicas e os discursos ideológicos. Portanto o proletariado não pode ser definido de modo restritivo, em função do caráter produtivo ou não do trabalho... (BENSAID, 2008, p. 35).

Marx não definiu classe social, antes a percebe como uma relação constituída na sua conflitualidade e na sua dinâmica contraditória em oposição com outra. E na dinâmica moderna do capitalismo é preciso considerar que a degradação salarial e das condições de vida, bem como o desemprego, atingem a todos os setores da classe trabalhadora, inclusive aqueles que outrora podiam expor uma condição melhor de trabalho, como os trabalhadores do serviço. (ANTUNES, 1999; MASCARENHAS, 2002).

É chave para o entendimento da acumulação primitiva do capital, “o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção”. Este é o processo de constituição da formação da classe trabalhadora, um longo e violento movimento de expropriação, em que um contingente imenso de pessoas perde todas as condições de subsistência. (MARX, 1985).

Nos textos onde escreve sobre a economia política, quando se refere à classe trabalhadora e os variados mecanismos de exploração da classe em relação com o processo de valorização do capital (a produção da mais-valor), Marx não a restringiu ao operariado fabril, nem através de uma associação restritiva com os submetidos à subsunção real, nem tampouco por uma definição que fechasse a classe no setor produtivo e este também não foi definido como restrito aos trabalhadores industriais.

No seu “Capítulo inédito de O Capital” Marx define a subsunção formal e a subsunção real do trabalho ao capital. A primeira liga-se ao mais-valor absoluto e a segunda ao mais-valor relativo. Mostra então que o processo começa pela subordinação direta dos trabalhadores aos capitalistas, quando estes passam, na condição de proprietários/possuidores dos meios de produção, a controlar o tempo e as condições de trabalho daqueles que foram reduzidos à condição de proletários. O passo seguinte, da subsunção real, apresenta-se como decorrência da acumulação propiciada pela etapa anterior, e materializa-se pela “aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata” (MARX, s/d).

Igualmente apresenta a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo: “é *produtivo* o trabalhador que executa um *trabalho produtivo* e é *produtivo* o *trabalho* que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital.” (MARX, s/d, p. 109). Associando as duas distinções, Marx afirmou que com o desenvolvimento da subsunção real:

não é o operário individual que se converte no *agente real* do processo de trabalho no seu conjunto, mas sim uma *capacidade de trabalho socialmente combinada*; e, como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato de formação de mercadorias, ou melhor, neste caso, de produtos – um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça (...) temos que são cada vez em maior número as *funções da capacidade de trabalho* incluídas no conceito de *trabalho produtivo*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral ao seu processo de valorização e de produção. (MARX, s/d, p. 110).

Não é o conteúdo do trabalho desempenhado, nem o setor da economia em que se desempenha esse trabalho que definirá o caráter produtivo do trabalho ou do trabalhador. Não se justifica então procurar o trabalhador produtivo apenas entre os que desempenham as tarefas manuais e/ou industriais. Sobre isso, Marx (s/d) apresentou também os exemplos de trabalho produtivo com o artista, o professor, embora reconhecendo que eram exemplos em que a subsunção ao capital ainda era formal.

O caráter produtivo do trabalho e do trabalhador não se define pelo emprego na grande indústria (nem, portanto, pela subsunção real), muito menos a classe trabalhadora aparece como limitada a apenas aqueles que exercem trabalho produtivo, como percebemos também nas palavras citadas acima de Bensaid (1999, 2008). Ao contrário, é a condição proletária e o assalariamento como horizonte que a definem. Ainda é bom ressaltar neste texto, que nem todo trabalhador assalariado é produtivo, mas que mesmo os que exercem profissões antes associadas a algum tipo de autonomia (professores, médicos, advogados etc.), cada vez mais caem numa condição de assalariamento, degradação da sua atividade e perda da tão almejada autonomia, e conseqüentemente do controle.

Se há um traço distintivo da vida deste início de século depois das profundas mutações produtivas de ordem gerencial, organizativa e tecnológica é a penetração, a ocupação, a invasão do capital em todos os espaços da vida humana, mesmo naqueles mais impermeáveis a sua presença: o trabalho, as condições de reprodução de sua vida, os seus espaços mais amplos de sociabilidade, o lazer, a saúde, a escola!

A questão das classes sociais no capitalismo não pode ser analisada apenas do prisma restritivo, observando apenas uma dimensão, a econômica. Seu sentido é ampliado, pois abarca a produção, a circulação das mercadorias e a reprodução global do capital. Não devemos esquecer que Marx tinha em grande consideração o papel político das classes sociais na dimensão de sua consciência de classe, cujo desenvolvimento não se dá isoladamente, mas na luta de classes. Neste caso vale lembrar que a esfera da reprodução (saúde, educação, moradia etc.), mesmo que nem todas as suas atividades se tornem produtivas, desempenham um papel fundamental na dinâmica do capital e da sociedade. (BENSAID, 1999).

Em muitos setores da área de serviço dificilmente iremos encontrar diferenças entre a racionalidade industrial e a dos serviços, pois a lógica capitalista invade o setor terciário, impondo aos trabalhadores deste setor, elementos outrora utilizados somente no trabalho industrial: aceleração do ritmo de trabalho, assalariamento, degradação do trabalho, controle mais acentuado etc. (ANTUNES, 1995 e 1999; BRAVERMAN, 1987; KUMAR, 1997; MÉSZÁROS, 2004). O que não significa afirmar que o trabalho docente se torna produtor de valor.

É um traço característico da nossa época o grande crescimento do setor de serviços, onde a diversidade de atividades é uma norma, bem como a prevalência do trabalho improdutivo. Mas, também é uma expressão desta época a mercantilização de

todas as atividades humanas, inclusive a educação, o que possibilita a Mandel declarar este processo como uma “industrialização generalizada universal” ou “industrialização da esfera de reprodução”. (MANDEL, 1985, p. 271-272).

É claro que quando estudamos educação tratamos de um setor que presta um tipo particular de serviço, e, portanto com configurações organizacionais e institucionais diferenciadas, que pode ser essencial à produção, pois é espaço de reprodução – via formação – da força de trabalho. Mas, não podemos fechar os olhos à intensificação da penetração do capitalismo neste setor nos últimos anos (na verdade o capital sempre esteve presente nesta área), inclusive na esfera pública, especialmente agora, no controle cada vez maior sobre a atividade docente. (APPLE, 2002).

Mandel, nesta mesma vertente de análise, apontou a proletarização das atividades intelectuais como uma das razões das intensas lutas que marcam este setor:

Um processo de proletarização do trabalho intelectual está, pois, em marcha. A proletarização não significa essencialmente (e em certos casos de modo nenhum) um consumo limitado ou um baixo nível de vida, mas uma alienação crescente, a perda de acesso aos meios de trabalho e de controle das condições de trabalho, uma subordinação crescente do trabalhador e exigências que não têm mais nenhuma ligação com as suas capacidades ou as suas necessidades próprias. (MANDEL, 1979, p. 43).

Um trabalho intelectual com estes traços, parcelar e fragmentado, só pode ser considerado também uma forma de trabalho alienado. Só que, no caso do trabalho intelectual, aponta Mandel, aqueles que ingressam nestas profissões, ou sucumbem a apatia e resignação, ou se sensibilizam com o absurdo desta nova condição de parcelização e alienação de seu trabalho, especialmente pela existência de uma vinculação estreita entre o conteúdo do trabalho intelectual e sua execução, mais do que entre o conteúdo do trabalho manual e a sua execução, e partem para a construção de movimentos de luta.

Outra tendência em consonância a esta direção do capitalismo é o controle mais acentuado exercido pelo capital de forma progressiva e sistemática de todos os elementos do processo de produção, de circulação e de reprodução. Na medida em que a racionalização penetra em todos estes setores, evidentemente decresce em grande escala a possibilidade do trabalhador ainda exercer algum tipo de autonomia dentro do trabalho. Este quadro é desenvolvido de maneira mais intensa com a utilização do método de trabalho taylorista-fordista (e seus desenvolvimentos posteriores) que representa uma racionalização das ações feitas pelos trabalhadores, com o intuito de combater os desperdícios na produção, reduzir o tempo e aumentar o ritmo de trabalho, por isso este método de trabalho caracterizou-se “pela mescla da produção em série fordista com o cronometro taylorista, além da exigência de uma separação nítida entre elaboração e execução”. (ANTUNES, 1999, p. 36-37). Depois, ele invade todos os espaços da vida social, e vai entrar também na escola como um método para organizar as atividades escolares, inclusive o trabalho do

professor. (APPLE, 2002).

Além disto, é preciso acrescentar que é incorreto definir este grupo de trabalhadores intelectuais como pertencentes às camadas médias da sociedade. No passado até poderia ser feito, mais agora, a natureza deste tipo de trabalho foi profundamente alterada, com um assalariamento e proletarianização generalizados desta camada da população. (APPLE, 1995 e 2002; OLIVEIRA, 2008; PARO, 2002).

Além destes elementos importantes que auxiliam na construção de uma imagem do professorado mais condizente com suas atuais condições precárias de trabalho, deve-se acrescentar a questão da consciência de classe. Quer isto dizer que para consideração da situação de classe dos agrupamentos humanos, a ideia da consciência de pertencimento a uma classe e de sua organização e lutas são importantes. Esta consciência não é unidirecional no sentido de sua crescente ascensão, pode haver lapsos, perdas e retrocessos, por influências culturais, econômicas e, inclusive, por ação de outra classe, ficar amainada por longo tempo até se revelar. Os professores, por exemplo, estiveram à mercê de diretrizes e elaborações emanadas dos governos para direcionar seu trabalho desde o momento em que a educação foi assumida de maneira geral pelo Estado, e logo teve que iniciar um processo de coesão, sindicalização e luta por melhores condições de trabalho especialmente nas últimas décadas. Neste sentido é útil observar o comportamento do conjunto do professorado que aos poucos foi assumindo sua condição de trabalhador nas suas formas de organização, de mobilização e de luta. (ROSAR, 2011).

No início da década de 1980 no Brasil, observa-se nitidamente uma similaridade de comportamento e movimento entre setores do funcionalismo público (professores especialmente), em mudança clara de posição política, e os setores do operariado industrial. E mais, nota-se um ineditismo das ações empreendidas por este setor em termos sindicais e de sua organização. Devemos lembrar que é neste período, aproximadamente da metade da década de 1970 para o início da década de 1980, que no enfrentamento com a ditadura militar, surge um novo sindicalismo, muito cioso de sua autonomia. E ao mesmo tempo novos atores sociais aparecem no tecido social, gestando configurações novas para os movimentos sociais. (ROSAR, 2011; SCHERER-WARREN e LUCHMANN, 2004).

Em 1983 tivemos a primeira tentativa de construir uma greve geral do funcionalismo público federal em defesa do direito de sindicalização e contra o arrocho salarial que vinham sofrendo. Em 1988, tivemos efetivamente a primeira greve geral desta categoria, que obteve sucesso e apresentava uma postura mais radicalizada, expressa nas pautas de reivindicações e na organização sindical, que se prolongou até o final da década de 1980 e se estendeu para a década seguinte. (MASCARENHAS, 2000).

As mudanças no comportamento deste setor evidenciam aquilo que dissemos anteriormente: que para a constituição de uma classe não é suficiente apenas sua inserção no processo produtivo, mas deve-se levar em consideração suas experiências e suas lutas políticas. De um agrupamento normalmente passivo politicamente, os servidores públicos

transformam completamente, no espaço de uma década, seu perfil político, alinhando-se aos setores mais expressivos da luta sindical e política da época, e ajudando na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). De uma prática “assistencialista e paternalista das associações” passavam para um novo sindicalismo atuante na esfera conjuntural, definindo assim em seu novo perfil uma identidade enquanto Trabalhadores do Serviço Público. (MASCARENHAS, 2000, p. 95 e p. 122)

Ferreira Jr e Bittar (2006), em artigo sobre o processo de proletarização dos professores, sob a influência da ditadura militar (1964 -1985) demonstraram que a origem do professor deixou de ser exclusivamente das classes médias urbanas e de frações das elites, passando a constituir-se também pelas camadas populares. Neste processo, ocorreu uma mobilidade tanto ascendente quanto descendente, pois os que tinham origem nos “de cima” se proletarizaram enquanto que aqueles de origem popular ascenderam a uma profissão que era típica de classe média, antes da generalização das redes de ensino público. Essa configuração nova do professorado, formada por essas duas frações, foi sendo paulatinamente submetida a condições de vida e de trabalho perpassadas pelo arrocho salarial e pelo controle crescente sobre suas condições de trabalho. Os autores apontam que, para responder a essa nova situação, os professores passaram a construir sindicatos e associações nacionais, similares ao dos trabalhadores indústrias, como a formação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) que, posteriormente, acabou se transformando na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A proletarização do professorado não representou apenas um visível quadro de empobrecimento econômico, arrocho salarial e das precárias condições de vida e de trabalho, segundo Ferreira Jr e Bittar (2006), mas afetou também seu processo formativo e de nível intelectual, conduzindo o professorado a tomar a direção da organização e luta.

Em Goiás e em Goiânia, este quadro traçado não será diferente, pelo contrário, segue este mesmo padrão. Por volta de 1979, aconteceu a primeira greve da categoria, com massiva participação e a formação do Centro dos Professores de Goiás (CPG). Posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabelecia o direito dos servidores públicos de criarem seus sindicatos, formou-se o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (SINTEGO), em novembro do mesmo ano. Logo em seguida, nas décadas seguintes, essa entidade será protagonista de inúmeras greves e mobilizações que atestavam um quadro de precariedade geral no exercício da docência. Ao mesmo tempo, podemos observar a participação sempre decisiva dos membros da entidade e da base do professorado na articulação nacional dos professores rumo à construção de entidades nacionais que unificassem a categoria internamente e externamente como outros trabalhadores

A organização dos trabalhadores teve suas marcas e sua temporalidade definidas basicamente pela dinâmica de sua ação perante esse conjunto de determinações históricas específicas da conjuntura examinada. A esfera de

sua ação foi criada por esses fatores históricos e conjunturais e por suas exigências contraditórias. Dentro de tal contexto, ela orientou a mobilização de seus membros na busca de fins materiais e não materiais, que lhes forma negados pelo poder estatal. Nessa relação o sujeito buscou instituir-se, autodefinir-se, em um espaço de poder, através de fins e métodos capazes de propiciar-lhe a potencialização. Incorporou, criou e recriou concepções que lhe deram sustentação e que ficaram explícitas, principalmente, na conduta e nas práticas das lideranças. Nessa busca de autodeterminação, tematizou categorias mobilizatórias em torno de eixos como autonomia, democracia de base, participação, classe social, solidariedade politizada etc. (CANESIN, 2009, p. 208).

Nesta situação, desde os anos de 1979 até os dias atuais, com momentos de ascenso e descenso os professores sempre protagonizaram grandes mobilizações na capital, Goiânia. Em todos os governos municipais eleitos democraticamente, aconteceram greves com participação ativa do professorado e muitas ações de rua na cidade. Posteriormente, a categoria radicalizou mais seus instrumentos de luta, com ocupação da Câmara Municipal de Goiânia, dentre outras atividades e construiu um outro sindicato dos professores ligados à Rede Municipal de Ensino de Goiânia, o SIMSED (Sindicato dos Servidores da Educação de Goiânia).

Essas considerações sobre a intensificação das mobilizações dos professores servem ao propósito de demonstrar a presença importante desta categoria de Trabalhadores do Ensino na cena política regional ou nacional, com reivindicações não só ligadas ao exercício do magistério, mas também com uma pauta de reivindicações, ligadas ao contexto social, econômico e político do país, que colocava entre suas inúmeras bandeiras de luta o fim da ditadura militar, a instalação da democracia brasileira e, posteriormente, a consolidação da democracia e a luta contra a ofensiva neoliberal da década de 1990, dentre outras inúmeras lutas que se sucederam no país. Neste sentido, devemos considerar este movimento dos professores como um movimento social que se inscreve em um momento político que deve passar por uma análise completa de sua configuração pela observação deste movimento, enquanto processo contraditório (de avanços, recuos, lutas pontuais e ampliadas etc.), por formas de ação (greves, paralizações, ocupação etc.) e níveis de ação (local, regional, internacional etc.) enfocadas, desta perspectiva, na lógica do capital (exploração, dominação e opressão), mas também na consciência de pertencimento a determinada classe social, dos trabalhadores, o que implica organização e luta. (MOURIAUX; BEROU, 2005). Ou, nas palavras de outro estudioso de movimentos sociais:

A noção de movimento social indica a persistência de uma interação antagônica prolongada que vai mais além do momento crítico de conflitos pontuais (...) O conceito de movimento social faz uma melhor referência a um conjunto de mudanças das relações sociais de protesto que emergem no seio do capitalismo contemporâneo. Essas relações se desenvolvem de forma desigual em seus ritmos, sua existência reivindicativa, sua constância, em sua projeção para o futuro e, finalmente, em sua importância política e ideológica.

Portanto, podemos entender, que estamos denominando de processo de proletarianização dos Trabalhadores em Educação é:

De um lado, uma aproximação real do professor com o proletariado em termos de relações de trabalho. A prolongada jornada de trabalho, as difíceis condições profissionais, o processo de alienação e desqualificação de seu trabalho, os baixos e aviltantes salários estão levando o professor a essa situação. Os funcionários da educação, até pouco tempo atrás enlevados pela “missão de formar os homens do amanhã”, estão, por sua vez, descobrindo, na prática cotidiana, sua identificação proletária própria: o de serem trabalhadores como seus companheiros da indústria, do campo e do setor de serviços a serviço do capital. De outro lado, uma aproximação real do professor com os proletários enquanto classe, através de seu processo de organização e de luta. O crescimento das associações reivindicativas, a recente transformação dessas associações em sindicatos, seu caráter autônomo e combativo, e as últimas grandes e pacientes greves apontam na direção do surgimento dessa nova categoria: os trabalhadores em educação. (PUCCI; Oliveira; SGUISSARDI, 1991, p. 91).

Este quadro teórico e prático permite assim, ilustrar o sentido que os professores dão a suas lutas e mobilizações enquanto participantes da classe trabalhadora, mesmo guardando suas especificidades em relação ao núcleo sólido da classe que produz mais-valor (ANTUNES, 1999). Os professores se reconhecem trabalhadores, fazem movimentos de trabalhadores e nomeiam suas entidades desta forma. E mais: nomeiam a todas e a todos aqueles que labutam na escola como Trabalhadores da Educação.

3 I CONCLUSÃO PROVISÓRIA

Uma das considerações mais importantes sobre o trabalho docente nestes últimos anos é a análise da escola como um local de trabalho. É verdade que variadas vertentes estudam a educação e o cotidiano escolar nos mais diferentes aspectos: do planejamento escolar das atividades, da avaliação escolar, das formas de se organizar o currículo, da didática, das formas de aprendizagem dentre outros muitos temas e áreas. Mas a construção de uma perspectiva que enxergue a escola como um local de trabalho, que apesar de guardar especificidades com outros locais de trabalho, apresenta também muitas semelhanças. A escola não é só o local para onde se dirigem milhares de crianças, jovens e até adultos em busca de conhecimentos, cultura e formação. É também um local de trabalho e o ensino é um processo de trabalho. A escola é um espaço para onde se dirigem professores e muitos outros funcionários que precisam cumprir uma jornada de trabalho em troca de algum salário para sua sobrevivência dentro de uma sociedade capitalista.

Este é um processo com uma longa história, iniciada com a racionalização e padronização do trabalho provocada pela implantação do método taylorista-fordista na indústria e posteriormente nos outros locais de trabalho na sociedade capitalista e agora

mais atualmente com a difusão dos métodos toyotista dentre outros. O ensino não ficou imune a esta direção tomada pelo processo de trabalho.

Os autores que utilizamos conceituam esta forma de forma trabalho, na esteira da linha teórica inaugurada por Braverman (1987) como sujeitas a um intenso processo de proletarização, e assim podemos entender melhor as causas que provocam a precarização e intensificação acentuadas do trabalho docente e as possibilidades de ação e mudança com seu movimento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

APPLE, Michael. **Trabalho docente e textos:** economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Conhecimento oficial:** a educação democrática numa era conservadora. Petrópolis: Cortez, 1997.

_____. **Educação e poder.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BENSAID, Daniel. **Marx,** o intempestivo. São Paulo: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Os irredutíveis:** teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista:** a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CANEZIN, Maria Teresa. **Sindicato e magistério:** constituição e crise. Goiânia: Editora UFG, 2009.

FERREIRA Jr., Amarílio e BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez, 2006.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HYPOLITO, Álvaro. Processo de trabalho na escola: algumas categorias de análise. **Revista Teoria e Educação** "Dossiê: interpretando o trabalho docente", Porto Alegre, n.4, 1991.

_____. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero.** São Paulo: Papirus Editora, 1997.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MANDEL, Ernst. **Os intelectuais, os estudantes e a luta de classes.** Lisboa: Antídoto, 1979.

_____. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl e Engels, Friedrich. **Ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. **O Capital**. São Paulo: Difel, 1985.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Capítulo VI (Inédito)**. São Paulo: Moraes, s/d.

MASCARENHAS, Ângela. **Desafiando o leviatã**. Campinas: Alínea, 2000.

_____. **O trabalho e a identidade política da classe trabalhadora**. Goiânia: Editora Alternativa, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MOURIAUX, René; BÉROUD, Sophie. Para uma definição do conceito de movimento social. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Dalila. **La cuestión docente: Brasil, las condiciones laborales de los profesores de educación básica**. Buenos Aires: Fund. Laboratório de Políticas Públicas, 2008.

PARO, Victor. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2002.

PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Newton; SGUISSARDI, Valdemar. O processo de proletarização dos trabalhadores em educação. **Revista Teoria e Educação** "Dossiê: interpretando o trabalho docente", Porto Alegre, n.4, 1991.

ROSAR, Maria. Educação e Movimentos Sociais: avanços e recuos entre o século XX e o século XXI. **Educação em Revista**, Marília, v.12, n.2, p. 145-162, Jul-Dez, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse e LÜCHMANN, Ligia. (2004). Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Revista Política e Sociedade**, nº 5. Out. 2004.

VAKALOULIS, Michel. Antagonismo Social e Ação Coletiva. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

<http://comandodegrevegoiania.blogspot.com.br/>; <http://comandodegrevegoiania.blogspot.com.br/>;

<http://simsed.blogspot.com.br/>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 70, 71, 149

B

Brinquedo Terapêutico 134, 135, 136, 137

C

Confessionalidade Protestante 13, 14, 16

Covid 19 179, 183

Curso de Pedagogia 28

D

Desenvolvimento 1, 5, 6, 8, 9, 11, 15, 17, 21, 31, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 62, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 85, 88, 93, 110, 112, 113, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 151, 154, 155, 156, 165, 166, 171, 182, 184

Desenvolvimento de Habilidades 44, 142, 143, 145

E

Ead 1, 183

Educação Escolar 169, 175, 177, 180, 181, 183, 187

Educação Física 32, 57, 58, 59, 63, 64

Educação Inclusiva 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65

Ensino de História 83, 84, 85, 87, 89, 93, 94, 95

Ensino de Língua 38, 43, 123, 124

Ensino Médio 89, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 132, 153, 173

Especializado 62

F

Formação Continuada 1, 2, 4, 7, 8, 9, 20, 21, 22, 27, 40, 45, 59, 61, 63, 66, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 79, 81, 89, 94, 170, 182, 187

Formação Inicial 30, 37, 39, 40, 42, 58, 59, 61, 63, 64, 66, 79, 84, 92, 165, 166, 168, 170, 185

G

Geociências 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 77, 79, 80, 81

Google Sala de Aula 146

I

Instituições de Ensino Superior 13, 15

L

Língua Portuguesa 14, 22, 24, 25, 26, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 123, 125, 127, 129, 130, 132, 133

M

Modelo Neoliberal 164, 166, 173

P

Pandemia 3, 4, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185

Pnaic 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27

Políticas Educativas 164, 166

Polivalentes 66, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 77, 79

Práticas Pedagógicas 4, 20, 21, 22, 27, 66, 77, 79, 147, 170

Professor 4, 5, 8, 9, 10, 21, 23, 24, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 61, 62, 63, 68, 70, 71, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 107, 108, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 138, 140, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 156, 157, 158, 160, 164, 166, 167, 169, 170, 172, 173, 175, 179

Professores 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 57, 59, 61, 63, 64, 66, 68, 70, 71, 72, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 118, 119, 120, 121, 122, 147, 149, 153, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 187

Programa Residência Pedagógica 37, 38, 39, 42

Projeto de Extensão 142, 143

Q

Qualificação Profissional 83, 173

T

Teoria Vigotskiana 138

Trabalho Docente 22, 39, 40, 118, 119, 120, 121, 122, 151, 153, 154, 156, 161, 162, 163, 179

Trilhas Formativas 1, 4, 8, 10

V

Varição Linguística 123, 124, 125, 126, 128, 129, 132, 133

Z

Zona de Desenvolvimento 138

Deflagração de Ações voltadas à Formação Docente

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Deflagração de Ações voltadas à Formação Docente

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 